



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 365/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00273 - Protocolo SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de informações acerca do quantitativo de Agentes de Segurança Penitenciária das Unidades Prisionais que especifica. Restrição de acesso por TCI. Razão para a recusa parcial do acesso pretendido indicada. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 365/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado pela Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que por questão de segurança das unidades prisionais, dos servidores e dos próprios presos, não era possível indicar o número de agentes de segurança penitenciária e esclareceu que nas unidades mencionadas pelo solicitante não há classificação temporária. Em recurso, o órgão encaminhou para o interessado o Termo de Classificação de Informação - TCI 004/2022, para justificar a negativa de parte das informações. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, alegando que o TCI apresentado estava incorreto.
3. Instada a se manifestar, a Pasta retificou o TCI e deu conhecimento para o cidadão.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que a Pasta justificou para o cidadão a impossibilidade de atender na íntegra o pedido, em conformidade com o disposto no art. 30, III, do artigo 30, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
5. Considerando que o órgão indicou as razões de fato da recusa parcial do pedido com base na legislação vigente, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, nos termos do art. 11, II, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI), ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterada pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 25 de novembro de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 25/11/2022 às 11:56:47.

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202204786A